

EIA / RIMA DO ESTALEIRO DO PARAGUAÇU - MATRIZ DE IMPACTOS

MEIO	NÚMERO	IMPACTO	FASE	CARÁTER	MAGNITUDE	IMPORTÂNCIA	CUMULATIVIDADE OU SINERGIA	ÍNDICE DE SIGNIFICÂNCIA	CLASSIFICAÇÃO SIGNIFICÂNCIA	FATOR AMBIENTAL AFETADO	MEDIDAS	PROGRAMAS
FÍSICO	A.1	Contaminação de solos e ar mediante a geração de resíduos sólidos nas obras dos acessos viários ao empreendimento.	IMP	-1	9	1	1	-9	Baixa	Solos; qualidade do ar	Reaproveitamento do material de cortes em aterros na terraplanagem de outras áreas. Controle adequado da destinação dos resíduos sólidos, Umedecimento de solos com o intuito de reduzir a geração de poeira e recuperação das encostas mediante a implantação de um Plano de Recuperação de Áreas Degradadas.	Programa de mitigação de intervenções na malha viária; Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Programa de Recuperação de Áreas Degradadas.
	A.2	Contaminação de solos e recursos hídricos superficiais e subterrâneos durante as obras do empreendimento.	IMP	-1	10	1	2	-20	Baixa	Qualidade das águas superficiais e subterrâneas	Implantar Estação de Tratamento de Esgotos e Efluentes no canteiro de obras; Implantar e manter um sistema de drenagem capaz de captar e tratar a drenagem pluvial, com separadores de água e óleo e caixas de retenção de sólidos. Destinar resíduos no âmbito do PGRS; Gerar Manual de Controle da Poluição com Óleo, visando a padronização dos procedimentos e cuidados em relação à contaminação com óleo; Gerar Plano de Emergência Individual (PEI), para estabelecer procedimentos de resposta e responsáveis pela sua implementação no caso de ocorrerem eventos acidentais que resultem em vazamentos de óleo no meio aquático.	Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS); Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas; Programa de Educação Ambiental de Trabalhadores (PEAT); Programa de Educação Ambiental da Comunidade; Programa de Comunicação Social.
	A.3	Interferência com os padrões de deposição (assoreamento) e remoção (erosão) de sedimentos no Canal do Rio Paraguaçu.	IMP	-1	11	1	1	-11	Baixa	Taxas de sedimentação	Monitoramento periódico (semestral) da batimetria imediações e entorno do cais e na foz do Rio Baetantã e o seu entorno.	Não
	A.4	Mobilização de contaminantes associados aos sedimentos para a coluna de água durante a dragagem.	IMP	-1	8	1	1	-8	Baixa	Qualidade das águas	Não	Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas.
	A.5	Desenvolvimento de processos erosivos no terreno do empreendimento e assoreamento do trecho confrontante com o empreendimento no Rio Paraguaçu.	IMP	-1	10	2	1	-20	Baixa	Solos e batimetria	Durante as obras de terraplanagem deverão ser tomadas medidas visando a contenção de enxurradas no entorno da elevação de 25 m situada na porção noroeste do empreendimento, visando impedir o carreamento de sólidos para o Rio Paraguaçu.	Programa de Recuperação de Áreas Degradadas.
	A.6	Interferência física com pequeno curso hídrico intermitente na área do empreendimento.	IMP	-1	11	2	1	-22	Baixa	Recursos hídricos	A interferência no manancial deverá obter a outorga específica a ser fornecida pelo Instituto de Gestão de Águas e Clima – INGA, mediante a apresentação de uma justificativa técnica e plano para o seu desvio; Efetuar o plano de retificação do curso hídrico considerando a possibilidade de desvio para que o mesmo venha a desembocar no Rio Paraguaçu, na periferia da comunidade de Enseada do Paraguaçu (fora dos limites da vila); Com a conclusão do desvio, deverá ser feita a revegetação das margens do novo traçado do rio na largura mínima de 30m, visando a implantação das matas ciliares. Deverá ser utilizada vegetação nativa de porte arbustivo/arbóreo, dando preferência à introdução de espécies alvo de extrativismo, como árvores frutíferas, dendê, piaçava e outras.	Não
	A.7	Aumento localizado dos níveis de turbidez no entorno da zona de deposição de material dragado.	IMP	-1	10	2	1	-20	Baixa	Qualidade das águas	Não	Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas.
	A.8	Aumento de processos erosivos na estrada de acesso ao empreendimento durante as obras de requalificação.	IMP	-1	9	1	1	-9	Baixa	Erosão e assoreamento	Ações de mitigação: recuperação de áreas degradadas, estabilização de taludes e encostas, sistema de drenagem, etc.	Programa de Mitigação de Impactos na Malha Viária.
	A.9	Contaminação do solo e recursos hídricos superficiais e subterrâneos com resíduos sólidos na fase de operação do empreendimento.	OPE	-1	9	1	2	-18	Baixa	Solos, qualidade das águas superficial e subterrânea	Não	Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS).
	A.10	Alteração na qualidade do ar devido à geração de material particulado.	OPE	-1	9	1	1	-9	Baixa	Qualidade do ar	Adotar jateamento com granelha. Implantar Programa de Monitoramento da Qualidade do Ar. As áreas com potencial de geração de emissões de materiais particulados deverão ser dotadas de sistemas de controle para conter e tratar as possíveis emissões geradas pelo empreendimento.	Programa de Educação Ambiental de Trabalhadores (PEAT). Programa de Monitoramento da Qualidade do Ar.
	A.11	Contaminação de recursos hídricos superficiais e subterrâneos na fase de operação.	OPE	-1	10	1	2	-20	Baixa	Qualidade das águas superficiais e subterrâneas	Implantar ETE dimensionada para o volume de esgotos a ser gerada no interior do empreendimento, com características de tratamento primário (decantação) e secundário (digestão orgânica do efluente); Implantar sistema de drenagem capaz de cobrir todas as áreas do empreendimento. Este sistema deverá estar dotado de separadores de água e óleo e caixas de contenção de sólidos, de modo a permitir a remoção e destinação adequada de resíduos oleosos sobrenadantes e sólidos associados à drenagem; O maior volume possível de efluente tratado deverá ser usado na rega de áreas ajardinadas no interior do empreendimento.	Programa de Gerenciamento de Efluentes; Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas; Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS).
	A.12	Risco de vazamentos acidentais de óleo de embarcações durante as operações de carga e descarga, resultando em alteração na qualidade das águas.	OPE	-1	9	2	2	-36	Alta	Qualidade das águas	Utilizar barreiras de contenção de derrames de óleo no entorno das embarcações que estiverem fazendo a descarga nas instalações do empreendimento	Plano de Emergência Individual (PEI)
	A.13	Contaminação de recursos hídricos superficiais associados ao aumento de geração de esgotos domésticos na área de influência do empreendimento.	OPE	-1	10	2	2	-40	Alta	Qualidade das águas	Projetar e desenvolver programa de reforço da infra-estrutura de saneamento básico, mediante a implantação de sistemas de captação e tratamento de esgotos domésticos nos distritos de São Roque do Paraguaçu e Enseada (Maragogipe), Barra do Paraguaçu e Cairú de Salinas (Salinas da Margarida), prevendo as demandas relacionadas com o aumento da população nessas localidades; Projetar e desenvolver programa de reforço da infra-estrutura de coleta e disposição de resíduos sólidos, mediante a implantação e operacionalização de aterro sanitário devidamente preparado nas proximidades dos distritos, prevendo a destinação adequada dos resíduos sólidos gerados nos distritos de São Roque do Paraguaçu e Enseada (Maragogipe), Barra do Paraguaçu e Cairú de Salinas (Salinas da Margarida), prevendo as demandas relacionadas com o aumento de população nessas localidades.	Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas.

EIA / RIMA DO ESTALEIRO DO PARAGUAÇU - MATRIZ DE IMPACTOS

MEIO	NÚMERO	IMPACTO	FASE	CARÁTER	MAGNITUDE	IMPORTÂNCIA	CUMULATIVIDADE OU SINERGIA	ÍNDICE DE SIGNIFICÂNCIA	CLASSIFICAÇÃO SIGNIFICÂNCIA	FATOR AMBIENTAL AFETADO	MEDIDAS	PROGRAMAS
BIÓTICO	B.1	Redução da pressão sobre os estoques pesqueiros na fase de implantação.	IMP	1	9	3	1	27	Média	Ictiofauna	Não	Programa de Monitoramento de Desembarques Pesqueiros.
	B.2	Alteração local da produtividade primária devido à pluma de dragagem de aprofundamento.	IMP	-1	7	1	1	-7	Baixa	Fitoplâncton	Não	Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas.
	B.3	Mortandade de comunidades bentônicas no trecho confrontante com o empreendimento devido à dragagem de aprofundamento.	IMP	-1	10	3	1	-30	Média	Bentos	Não	Programa de Monitoramento de Ecossistemas Aquáticos.
	B.4	Risco de introdução de espécies exóticas da fauna aquática	IMP	-1	11	2	1	-22	Baixa	Bentos, plancton e ictiofauna	Os navios que chegam para descarregar deverão apresentar a comprovação dos procedimentos e registros em atendimento aos procedimentos da NORMAN 20/DPC que trata sobre o gerenciamento de águas de lastro.	Programa de Verificação do Gerenciamento da Água de Lastro.
	B.5	Aumento da pressão sobre os estoques pesqueiros no fim da fase de implantação.	IMP	-1	10	2	2	-40	Alta	Ictiofauna	Deverão ser adotadas ações visando controlar este impacto. Dentre as ações possíveis estão: Treinamento de funcionários em empresariado e administração de pequenos negócios, voltados para os setores de comércio e serviços; recolocação de funcionários em outras obras; aproveitamento de pessoal das obras (quando tecnicamente possível) na operação do empreendimento	Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira.
	B.6	Perda de cobertura vegetal na implantação do empreendimento.	IMP	-1	11	3	1	-33	Média	Cobertura vegetal	Préviamente à supressão, realizar um programa de resgate de flora, visando o resgate e transplante de indivíduos juvenis de espécies obrigatórias de manguezais (gêneros <i>Rhizophora</i> , <i>Laguncularia</i> , <i>Avicennia</i> , <i>Conocarpus</i> , etc.) para um viveiro, visando o replantio destes mesmos indivíduos em áreas de mangue que necessitam ser revegetadas e/ou recuperadas. O programa de resgate também deverá considerar mudas de espécies de interesse extrativista, como dendê e piaçava, visando a sua re-introdução em áreas que possam beneficiar as comunidades extrativistas da Vila de Enseada do Paraguaçu. A medida pode ser coordenada com o programa de revitalização de nascentes. Visa mitigar a perda de vegetação viável no terreno a ser utilizado pelo empreendimento.	Programa de Revitalização de Nascentes. Programa de Resgate de Flora.
	B.7	Perda de habitats da fauna silvestre na implantação do empreendimento.	IMP	-1	11	3	1	-33	Média	Fauna terrestre	As atividades de supressão vegetal devem ser evitadas no período de setembro a janeiro, que corresponde ao período de nidificação das aves; O ambiente de morro situado no interior da Reserva Legal do empreendimento deverá manter conectividade com os ambientes do entorno. As ações devem incluir a implantação de bueiros para a passagem de fauna terrestre e passagens entre árvores situadas fora e dentro da área do empreendimento, a fim de assegurar condições de acesso da fauna arborícola; Deverá ser criada uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), com área duas vezes superior à que foi desmatada, a ser adquirida e mantida pelo empreendimento, em área contendo habitats de qualidade semelhante aos que terão sido perdidos com a implantação do empreendimento.	Programa de Resgate de Fauna.
	B.8	Perda de habitats da ictiofauna na área do aterro hidráulico do empreendimento	IMP	-1	11	2	1	-22	Baixa	Ictiofauna	Não	Programa de Monitoramento de Ecossistemas Aquáticos.
	B.9	Mortandade da ictiofauna nas obras do aterro hidráulico do empreendimento.	IMP	-1	9	2	1	-18	Baixa	Ictiofauna	Programar o resgate da ictiofauna dentro da área a ser isolada por estacas prancha. O prosseguimento das obras de aterro deverá aguardar a conclusão do resgate. Deverão ser usadas redes de arrasto de malha fina (1cm ou menor) para assegurar alta eficiência de captura e minimizar o dano aos organismos capturados. Os exemplares capturados devem ser remanejados de imediato para a área situada do lado externo da contenção. Toda a operação deve ser acompanhada com registros fotográficos e estimativas das abundâncias de peixes capturadas no interior da contenção devem ser feitas	Programa de Monitoramento de Ecossistemas Aquáticos.
	B.10	Afugentamento de mamíferos marinhos na etapa de implantação	IMP	-1	9	2	2	-36	Alta	Mamíferos marinhos	Evitar a execução das obras da contenção do aterro (cravação de estacas-prancha) no período reprodutivo dos botos (setembro a fevereiro), visando minimizar interferências com a reprodução; Durante a fase de implantação, as embarcações a serem utilizadas pelo empreendimento devem trafegar a baixa velocidade a partir da sua entrada no Canal do Paraguaçu, utilizando como limite a mesma velocidade das embarcações de pesca que trafegam na região de cerca de 6 nós (seis milhas náuticas por hora) visando minimizar a geração de ruídos.	Programa de Monitoramento de Ecossistemas Aquáticos.
	B.11	Mortandade de comunidades bentônicas na área do descarte do material dragado.	IMP	-1	9	1	2	-18	Baixa	Bentos	Não	Não
	B.12	Mortandade da ictiofauna durante a dragagem.	IMP	-1	9	2	1	-18	Baixa	Ictiofauna	Não	Programa de Monitoramento de Ecossistemas Aquáticos.
	B.13	Redução da pressão sobre os estoques pesqueiros devido ao recrutamento de pessoal na fase de operação.	OPE	1	9	3	2	54	Alta	Ictiofauna	Não	Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira.
	B.14	Risco de favorecimento de florações de algas decorrentes do aporte de ferro.	OPE	-1	8	1	1	-8	Baixa	Fitoplâncton	Implementar a Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) visando captar e tratar adequadamente dos esgotos gerados pelo empreendimento; Implementar o sistema de drenagem com separadores de água e óleo e sólidos, visando o controle da drenagem incidente sobre o Rio Paraguaçu.	Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS). Programa de Monitoramento de Ecossistemas Aquáticos.
	B.15	Mortandade de bentos na dragagem de manutenção.	OPE	-1	10	1	2	-20	Baixa	Bentos	Não	Programa de Monitoramento de Ecossistemas Aquáticos.
	B.16	Alteração local da produtividade primária devido à pluma de dragagem de manutenção.	OPE	-1	7	1	1	-7	Baixa	Fitoplâncton	Não	Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas. Programa de Monitoramento de Ecossistemas Aquáticos.
	B.17	Afugentamento de mamíferos marinhos na fase de operação.	OPE	-1	10	1	2	-20	Baixa	Mamíferos marinhos	Deve se considerar a possibilidade de reduzir a velocidade de acesso ao empreendimento para aquela compatível com o tráfego local, de no máximo, 6 nós, visando a redução do ruído subaquático.	Programa de Monitoramento de Ecossistemas Aquáticos.
	B.18	Risco de contaminação de biota aquática com derrames de resíduos oleosos.	OPE	-1	9	2	2	-36	Alta	Mamíferos marinhos, quelônios, aves paludícolas	Implantação de sistema de drenagem com separadores de água e óleo. Os resíduos oleosos separados no sistema devem ser encaminhados para disposição adequada; Todas as áreas de armazenamento de combustíveis devem ser dotadas de sistemas de impermeabilização e ter capacidade para a contenção dos vazamentos porventura ocorrentes nos locais; O empreendimento não deverá fazer abastecimento de embarcações com combustíveis e/ou óleos lubrificantes.	Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS). Plano de Emergência Individual (PEI).
	B.19	Aumento da biodiversidade no entorno do cais do empreendimento.	OPE	1	9	3	2	54	Alta	Ictiofauna, bentos	Não	Programa de Monitoramento de Ecossistemas Aquáticos.
	B.20	Contaminação da biota com substâncias tóxicas manipuladas no empreendimento.	OPE	-1	8	1	2	-16	Baixa	Bentos, ictiofauna, mamíferos marinhos e quelônios.	Não	Programa de Monitoramento de Ecossistemas Aquáticos.

EIA / RIMA DO ESTALEIRO DO PARAGUAÇU - MATRIZ DE IMPACTOS

MEIO	NÚMERO	IMPACTO	FASE	CARÁTER	MAGNITUDE	IMPORTÂNCIA	CUMULATIVIDADE OU SINERGIA	ÍNDICE DE SIGNIFICÂNCIA	CLASSIFICAÇÃO SIGNIFICÂNCIA	FATOR AMBIENTAL AFETADO	MEDIDAS	PROGRAMAS
SOCIOECONÔMICO	C.1	Aumento dos níveis de renda das comunidades residentes na área de influência do empreendimento	IMP	1	11	4	2	88	Alta	Emprego e renda, comunidades tradicionais	Não	Programa de Alfabetização. Programa do Primeiro Emprego.
	C.2	Redução dos níveis de desemprego devido aos empregos diretos na fase de implantação do empreendimento	IMP	1	10	4	2	80	Alta	Emprego e renda, comunidades tradicionais	Medida potencializadora. Implantar programa de alfabetização nos municípios da área de influência do empreendimento. Visa maximizar as probabilidades de contratar mão-de-obra local. Medida potencializadora. Implantar programa do primeiro emprego, voltado para a qualificação e absorção de jovens nas obras do empreendimento.	Programa de Alfabetização; Programa do Primeiro Emprego.
	C.3	Redução dos níveis de desemprego devido aos empregos indiretos na fase de implantação do empreendimento	IMP	1	10	4	2	80	Alta	Emprego e renda, comunidades tradicionais	Medida potencializadora. Implantar programa do primeiro emprego, voltado para a qualificação e absorção de jovens nas obras do empreendimento.	Programa de valorização da Produção Local.
	C.4	Geração de fluxos migratórios na fase de implantação do empreendimento.	IMP	-1	9	3	1	-27	Média	Demografia	Concentrar as ações de contratação de mão-de-obra entre residentes dos locais, particularmente nos municípios da área de influência do empreendimento.	Programa de Comunicação Social. Programa de valorização da Produção Local.
	C.5	Aumento na geração de tributos na fase de implantação.	IMP	1	10	3	2	60	Alta	Tributos	Não	Não
	C.6	Aumento na geração de encargos sociais na fase de implantação.	IMP	1	10	3	2	60	Alta	Programas sociais	Não	Não
	C.7	Melhoria das condições de tráfego na AID do empreendimento na etapa de implantação.	IMP	1	10	3	1	30	Média	Tráfego	Re-qualificar e asfaltar a estrada, adotando gabarito compatível com o tráfego de veículos pesados (caminhões de 25 t ou semelhante); Correta sinalização das obras a serem executadas visando permitir o livre acesso à comunidade de Enseada durante o período das obras.	Programa de Comunicação Social (PCS). Programa de Mitigação das Interferências no Sistema Viário.
	C.8	Geração de ruído nas obras civis da fase de implantação	IMP	-1	9	3	1	-27	Média	Ruído; Comunidades tradicionais	As obras na área de implantação do Estaleiro deverão ser programadas no período diurno, de preferência entre as 7:00 e 18:00hs; Implantar sistema de cortina vegetal no entorno do empreendimento, visando minimizar a transmissão de ruído para o entorno.	Programa de Monitoramento de Ruído. Programa de Comunicação Social (PCS).
	C.9	Aumento do risco de acidentes entre as embarcações de grande porte e as embarcações de pesca.	IMP	-1	9	2	2	-36	Alta	Atividade pesqueira	Sinalizar o canal de navegação e acesso de acordo com os padrões da Marinha do Brasil; Trafegar no canal com baixa velocidade (máximo de 6 nós), visando minimizar a ocorrência de risco de colisão com outras embarcações.	Programa de Comunicação Social (PCS).
	C.10	Possível interferência com a pesca na fase de implantação.	IMP	-1	9	2	2	-36	Alta	Atividade pesqueira	Sinalizar o canal de navegação e acesso de acordo com os padrões da Marinha do Brasil.	Programa de Comunicação Social (PCS).
	C.11	Perda de patrimônio arqueológico na fase de implantação.	IMP	-1	11	1	1	-11	Baixa	Patrimônio histórico e cultural	Executar resgate dos sítios arqueológicos antes da supressão vegetal, segundo procedimento aprovado pelo IPHAN. Executar levantamento da ocorrência de possíveis vestígios arqueológicos submersos na área de execução do aterro hidráulico e dragagem de aprofundamento.	Programa de Educação Patrimonial.
	C.12	Geração de expectativas na população	IMP	-1	10	1	1	-10	Baixa	Demografia	A forma mais eficiente para que a expectativa da população com relação à contratação de mão-de-obra seja contida é informar as reais necessidades de contratação de contingente para as comunidades, evitando que isto se torne foco de tensão entre o empreendedor e a população.	Programa de Comunicação Social (PCS).
	C.13	Aumento da prostituição na fase de implantação do empreendimento.	IMP	-1	10	2	2	-40	Alta	Conflitos sociais	Não	Os Programas de Comunicação Social (PCS). Educação Ambiental de Trabalhadores (PEAT).
	C.14	Ampliação de conflitos territoriais na fase de implantação.	IMP	-1	9	2	2	-36	Alta	Conflitos sociais	Com a implantação do empreendimento, deverá ser criada uma via de acesso específica para os residentes da Vila de Enseada no Rio Baetantã.	Programa de Comunicação Social (PCS).
	C.15	Aumento da demanda de infra-estrutura de bens e serviços na fase de implantação	IMP	-1	9	3	1	-27	Média	Infra-estrutura e serviços públicos	Deverá ser planejada a implantação de vilas de residências de técnicos e trabalhadores de forma distribuída entre as sedes e distritos municipais principalmente de Maragogipe (São Roque do Paraguaçu), Salinas da Margarida (Conceição e Cairu) e Saubara (sede municipal), além de incentivos para equipar melhor as localidades com infra-estrutura adequada para absorver a nova demanda por bens e serviços.	Não
	C.16	Riscos para a saúde do trabalhador e acidentes de trabalho na fase de implantação.	IMP	-1	10	1	1	-10	Baixa	Saúde ocupacional	Como previsto, as atividades de jateamento de chapas metálicas deverá ser feito em cabines fechadas automatizadas, usando granelha de aço; As contratações diretas e indiretas deverão atender aos ditames das leis trabalhistas, tais como as Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho. O Programa de Educação Ambiental dos Trabalhadores (PEAT) deverá conter um módulo de segurança, visando a conscientização em relação aos procedimentos de prevenção de prevenção de acidentes e saúde ocupacional.	Executar o Programa de Educação Ambiental dos Trabalhadores (PEAT).
	C.17	Aumento dos níveis de desemprego no fim da fase de implantação.	IMP	-1	11	3	1	-33	Média	Emprego e renda	Dentre as possíveis ações de mitigação estão: 1) Treinamento de trabalhadores em empresariado e administração de pequenos negócios, voltados para setores de comércio e serviços; 2) Aproveitamento de pessoal das obras (quando tecnicamente possível) na operação do empreendimento e 3) Reinserção de pessoal em obras realizadas em outras localidades.	Não
	C.18	Alteração permanente na Paisagem	IMP	-1	12	2	2	-48	Alta	Paisagem	Todas as restrições ambientais (apicum, topo de morro, manguezal – com exceção da área na frente ao empreendimento) devem ser respeitadas para a implantação do empreendimento Estaleiro de Paraguaçu, podendo este impacto ser mitigado e/ou compensado pela execução de Programa de Recuperação de Áreas Degradadas e Recuperação de Nascentes.	Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD); Programa de Recuperação de Nascentes.
	C.19	Interferências com as práticas extrativistas de dendê e piaçava na área do empreendimento.	IMP	-1	9	1	1	-9	Baixa	Comunidades tradicionais	Na fase prévia à supressão da vegetação, na fase do programa de resgate de flora, devem ser resgatadas mudas viáveis de dendê e piaçava, mantendo-as em viveiro até a sua replantagem; Deverá ser feita a introdução de mudas em área propícia, indicada pelas comunidades locais, visando preservar a possibilidade de ações de extrativismo, caso desejado pelas comunidades. Uma das possibilidades é a introdução de mudas na cortina vegetal que será desenvolvida no lado leste do empreendimento como medida de proteção sonora da comunidade de Enseada.	Programa de Resgate de Flora.
	C.20	Interferências com áreas de mariscagem na fase de implantação.	IMP	-1	8	3	1	-24	Baixa	Comunidades tradicionais	Não	Programa de Monitoramento de Desembarques Pesqueiros. Programa de Comunicação Social.
C.21	Aumento da geração de tributos na fase de operação.	OPE	1	10	4	2	80	Alta	Tributos	Não	Não	
C.22	Aumento na geração de encargos sociais na fase de operação.	OPE	1	11	3	2	66	Alta	Programas sociais	Não	Não	

EIA / RIMA DO ESTALEIRO DO PARAGUAÇU - MATRIZ DE IMPACTOS

MEIO	NÚMERO	IMPACTO	FASE	CARÁTER	MAGNITUDE	IMPORTÂNCIA	CUMULATIVIDADE OU SINERGIA	ÍNDICE DE SIGNIFICÂNCIA	CLASSIFICAÇÃO SIGNIFICÂNCIA	FATOR AMBIENTAL AFETADO	MEDIDAS	PROGRAMAS
SOCIOECONÔMICO	C.23	Aumento na demanda de bens e serviços na área de influência do empreendimento.	OPE	-1	10	2	2	-40	Alta	Infra-estrutura e serviços públicos	O Estado da Bahia deverá planejar e implementar a implantação de vilas residenciais dotadas de toda a infra-estrutura de saneamento básico, saúde, educação, sistema viário e áreas comerciais e de serviços associadas à essas vilas. Essas vilas deverão estar distribuídas na área próxima ao empreendimento, nos municípios de Maragogipe, Salinas da Margarida e Saubara, visando diluir a concentração de pessoas e demandas na área de influência direta do empreendimento.	Não
	C.24	Aumento permanente dos níveis de renda das comunidades residentes na área de influência do empreendimento	OPE	1	11	4	2	88	Alta	Emprego e renda; Comunidades tradicionais	O empreendimento deverá ter o compromisso de recrutar preferencialmente, pessoas residentes na região de influência, desde que estas atendam aos pré-requisitos de qualificação e experiência necessários.	Programa de Alfabetização. Programa do Primeiro Emprego. Programa de Qualificação Profissional.
	C.25	Redução dos níveis de desemprego mediante a geração de empregos diretos na fase de operação.	OPE	1	11	4	2	88	Alta	Emprego e renda; Comunidades tradicionais	Não	Não
	C.26	Redução dos níveis de desemprego mediante a geração de empregos indiretos na fase de operação.	OPE	1	9	4	2	72	Alta	Emprego e renda; Comunidades tradicionais	Nas sedes municipais de Maragogipe, São Roque, Salinas e Saubara, deverão ser implantados treinamentos para capacitação de produtores, prestadores de serviços e comerciários, visando dar suporte às crescentes demandas de comércio, serviços e alimentos associadas com a implantação do empreendimento.	Não
	C.27	Majoração de preços e aumento do custo de vida	OPE	-1	9	3	1	-27	Média	Atividade econômica	Não	Programas de Valorização da Produção Local . .
	C.28	Interferências com o tráfego terrestre na fase de operação.	OPE	-1	10	1	1	-10	Baixa	Tráfego	O tráfego de veículos de carga e ônibus na estrada que dá acesso à Enseada deverá estar restrito ao horário comercial e ao período diurno (7:00 – 12:00 e 13:00 – 18:00hs), visando minimizar a possível ocorrência de interferências e acidentes. Esta medida deverá ser estabelecida nos contratos do empreendimento com as empresas de transporte; O Programa de Comunicação Social deverá estabelecer informar os membros da comunidade de Enseada sobre os horários de tráfego de caminhões, visando evitar conflitos entre este tráfego e a comunidade.	Programa de Comunicação Social (PCS).
	C.29	Possível interferência com a pesca na fase de operação.	OPE	-1	9	2	2	-36	Alta	Atividade pesqueira	O canal de acesso ao empreendimento deverá ser sinalizado de acordo com padrões vigentes da Marinha do Brasil.	Programa de Comunicação Social. Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira.
	C.30	Geração de ruído na fase de operação	OPE	-1	10	2	1	-20	Baixa	Ruído; Comunidades tradicionais	Manter e reforçar sistema de cortina vegetal no entorno do empreendimento, visando minimizar a transmissão de ruído para o entorno.	Programa de Monitoramento de Ruído. Programa de Comunicação Social.
	C.31	Interferências com a navegação na fase de operação.	OPE	-1	9	2	2	-36	Alta	Navegação e atividade pesqueira	Sinalizar o canal de navegação e acesso de acordo com os padrões da Marinha do Brasil, visando a demarcação clara do canal de passagem de embarcações de grande porte.	Programa de Comunicação Social (PCS).
	C.32	Preservação da atividade pesqueira no Rio Baetantã.	OPE	1	10	3	2	60	Alta	Atividade pesqueira, comunidades tradicionais	Implantar programa de monitoramento de desembarques pesqueiros, tendo como foco toda a área de influência do empreendimento, e em especial a área do Rio Baetantã.	Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira.
	C.33	Melhoria das condições de vida.	OPE	1	11	4	2	88	Alta	Demografia, atividade econômica	Não	Não
	C.34	Geração de fluxos migratórios e aumento da pressão sobre a atividade pesqueira.	OPE	-1	10	3	1	-30	Média	Atividade pesqueira	Devem ser executadas ações de comunicação para minimizar os fluxos migratórios, com abrangência em toda a área de influência do empreendimento, divulgando as exigências e qualificações para a contratação pelo empreendimento, ou caso haja, capacitação que atenda tal demanda. Essa medida visa inibir a migração; Melhorar as condições de produtividade local, valorizar novas alternativas de geração de renda, planejar e desconcentrar a ocupação no entorno, de preferência, de modo a dividir os impactos, considerando os núcleos de Maragogipe, Salinas da Margarida e Saubara, proporcionando os meios de transporte para que as pessoas possam trabalhar no empreendimento, vindas desses locais.	Programa de Comunicação Social; Programa de Valorização da Produção Local; Programa de Qualificação Profissional.
	C.35	Aumento das taxas de criminalidade na área de influência do empreendimento	OPE	-1	9	3	1	-27	Média	Conflitos sociais	Prover vilas de residência de trabalhadores distribuídas na área de influência do empreendimento, com infra-estrutura adequada de saneamento e serviços; Deverá ser feito o reforço na estrutura de policiamento com foco em São Roque de Paraguaçu, Enseada, Cairú e Conceição de Salinas.	Programa de Comunicação Social
	C.36	Ruptura de vínculos com as tradições locais.	OPE	-1	9	2	2	-36	Alta	Comunidades tradicionais	Implementar o Programa de Valorização da Produção Local, visando oferecer condições mais adequadas de subsistência para as comunidades que não tiverem o interesse e/ou oportunidade em participar do empreendimento.	Programa de Valorização da Produção Local
	C.37	Aumento nas oportunidades de permanência das parcelas mais jovens da população nos seus locais de origem	OPE	1	11	3	2	66	Alta	Demografia	Não	Programa de Alfabetização; Programa do Primeiro Emprego; Programa de Qualificação Profissional.
	C.38	Melhoria nos níveis educacionais médios da população	OPE	1	10	3	2	60	Alta	Educação	Não	Programa de Alfabetização; Programa do Primeiro Emprego; Programa de Qualificação Profissional.
	C.39	Redução das taxas de analfabetismo	OPE	1	10	3	2	60	Alta	Educação	Não	Programa de Alfabetização
	C.40	Aumento no nível de qualificação profissional da população	OPE	1	10	3	2	60	Alta	Educação	Não	Programa de Alfabetização; Programa do Primeiro Emprego; Programa de Qualificação Profissional.
	C.41	Fortalecimento da atividade econômica estadual	OPE	1	11	4	2	88	Alta	Atividade econômica	Não	Não
	C.42	Fortalecimento regional do setor terciário para atender as demandas do empreendimento	OPE	1	9	3	2	54	Alta	Atividade econômica	Estabelecer parceria com o SEBRAE visando o desenvolvimento de oficinas de empreendedorismo, e financiamentos para qualificar e preparar os interessados na abertura e administração de negócios no setor terciário.	Não
SOMA								201				